



CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS

ATA DA REUNIÃO DO DIA OITO DE JULHO DE DOIS MIL E DEZESSEIS

1 Aos oito dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, às dez horas, o Conselho de
2 Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, na sala do Conselho
3 Universitário, sob a presidência da Professora Leila Rodrigues da Silva. Estavam
4 presentes à sessão a Superintendente Acadêmica de Pós-Graduação da PR-2,
5 Professora Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, a Superintendente Administrativa da
6 PR-2, Marília Moraes Lopes, os Conselheiros Docentes representantes dos Centros
7 Universitários, Gregório Malajovich Munoz (CCMN), Josefino Cabral Melo Lima (CCMN),
8 Marcelo Byrro Ribeiro (CCMN), Aloysio Moraes Rego Fagerlande (CLA), Doris Clara
9 Kosminsky (CLA), Henrique Cairus (CLA), Beatriz Becker (CFCH), Hebe Signorini
10 Gonçalves (CFCH), Marcelo Álvaro da Silva Macedo (CCJE), Heitor Siffert Pereira de
11 Souza (CCS), Irene de Almeida Biasoli (CCS), Ricardo Reis (CCS), Eduardo Antonio
12 Barros da Silva (CT), Fernando Alves Rochinha (CT), Maria Alice Zarur Coelho (CT), os
13 Conselheiros representantes do Fórum de Ciência e Cultura, Lygia Dolores Fernandes e
14 Marcela Laura Monné, o representante do *Campus Macaé*, Edison Luis Santana
15 Carvalho, e os representantes Discentes Kleber Neves, Luis Berner, Mariáh Martins e
16 Victor Galdino. Registrou-se a ausência justificada dos Conselheiros: Antonio Carlos de
17 Souza Lima (FCC), Eliane Guedes (FCC), Mariane Koslinski (CFCH), Monica Pereira
18 Santos (CFCH), Orlando Alves dos Santos Jr. (CCJE), Paula Chimenti (CCJE), Rachel
19 Coutinho Mendes da Silva (CLA). A Pró-Reitora e Presidente do CEPG, Professora Leila
20 Rodrigues da Silva, deu início à Sessão pela apreciação da ata da reunião do dia 01 de
21 julho de 2016. Colocada em votação, a referida ata foi aprovada por unanimidade.
22 Passou-se ao **Expediente. 1)** O primeiro informe tratou do assassinato de um
23 estudante da universidade no Campus do Fundão, fato que, segundo a Presidente,
24 causou grande tristeza, perplexidade e indignação. De acordo com a Professora Leila,
25 ao longo da semana o tema foi tratado em diversos espaços, e os vários Conselhos se
26 manifestaram sobre o referido evento. Comunicou que havia uma reunião de Decanos e
27 Diretores de Unidade agendada na segunda-feira, com uma pauta específica, porém,
28 face ao ocorrido, a reunião se dedicou, quase que integralmente, a tratar do tema e
29 seus desdobramentos, tais como violência, segurança, racismo, homofobia, diferenças e
30 assistência estudantil no âmbito da UFRJ. Informou que a Divisão de Homicídios está
31 investigando o crime e que o Reitor se reuniu ao longo da semana com as autoridades
32 e está à frente do acompanhamento desse processo. Acrescentou que a Reitoria adotou
33 medidas que visam garantir o aumento do policiamento e rondas no Campus, com o
34 deslocamento do efetivo da Divisão de Segurança da UFRJ foi para locais que
35 necessitariam de um cuidado maior. Finalizou destacando que por muito tempo todos
36 ainda ficarão impactados, aguardando que as autoridades possam, em um curto espaço
37 de tempo, dar uma resposta à sociedade. A Conselheira Mariáh Martins declarou que
38 começar a semana com a notícia da morte de um aluno, por meio das redes sociais, foi
39 muito triste. Acrescentou ser muito difícil acreditar que um colega que estava
40 desenvolvendo a sua vida possa ter falecido devido a um crime tão brutal. Destacou a
41 reflexão feita junto à Associação de Pós-Graduandos da Universidade Federal do Rio de
42 Janeiro (APG), de que tal evento não nos leve a ficar trancados dentro dos laboratórios,

43 ou a sair cada vez mais cedo da Cidade Universitária, ou a ficar cada vez mais distantes
44 do Alojamento. De acordo com a Conselheira, é fundamental colocarmos os estudantes
45 como prioridade nesta universidade, pois os alunos são o maior e principal grupo.
46 Salientou que todos devem compreender que o espaço universitário está voltado para o
47 aluno e que a APG está se propondo a desenvolver uma lista de ações de segurança e
48 contra os preconceitos. Ressaltou que a Cidade Universitária deve ser ocupada de
49 verdade. A Professora Leila comentou que não se deve imaginar que de uma tragédia
50 pode-se tirar um ponto positivo, mas que o ocorrido deve nos levar a uma reflexão
51 sobre o racismo, a homofobia, sobre o espaço de produção de conhecimento com
52 liberdade de expressão e responsabilidade, envolvendo a sociedade no debate. Afirmou,
53 ainda, que esse debate não será concluído hoje e que as nossas questões, o nosso dia-
54 a-dia, se relacionam às presentes na sociedade como um todo. **2)** A Professora Lygia
55 Dolores Fernandes informou que a Câmara de Corpo Docente e Pesquisa (CDP) reuniu-
56 se, com a presença da Superintendente Acadêmica de Pós-Graduação da PR2 e a
57 Assessora da Câmara, Suelen Fonteles, para discutir os procedimentos a serem
58 tomados em relação aos processos dos editais Professor Visitante e Professor Visitante
59 Sênior, pois em muitos faltavam documentos. A Presidente da CDP informou que, após
60 muita discussão, os membros da Câmara, considerando o recesso para as Olimpíadas, a
61 dificuldade de atrair professores seniores, a possibilidade de transferência de vagas de
62 um edital para outro, decidiram por dar um prazo às unidades para remeterem os
63 documentos complementares até o dia 15 de julho do corrente. O Professor Marcelo
64 Byrro Ribeiro solicitou a palavra para salientar sobre a grande quantidade de processos
65 que chegam à Câmara de Acompanhamento e Avaliação de Cursos de Pós-Graduação
66 (CAAC) mal informados ou faltando documentação, tendo em vista que as pessoas não
67 atentam como os processos devem ser encaminhados. Esclareceu que não se trata de
68 uma mera formalidade burocrática, tendo em vista que os documentos pedidos são
69 relevantes. A Conselheira Mariáh acrescentou que muitas vezes o estudante encaminha
70 um processo com a ausência de documentos porque depende de uma assinatura de um
71 diretor para dar prosseguimento ao pleito. Destacou que no site da PR-2 deveria ter
72 algo mais explicado sobre como proceder para a montagem de um processo. A
73 Professora Leila explicou que a PR-2 tem a obrigação de disponibilizar tal roteiro no site,
74 o que já é feito. Acrescentou que é preciso aprimorar a informação divulgada *on line* e
75 paralelamente trabalhar com os Centros no sentido de garantir que tal documentação
76 venha mais completa. Solicitou aos Conselheiros que visitem a página da PR-2 e, caso
77 identifiquem alguma ausência, que informem. O Professor Marcelo explicou que a
78 intenção não é prejudicar o aluno, que é a parte mais fraca do processo, enfatizando
79 que o problema não é o estudante e sim a entidade burocrática. O Professor Fernando
80 Alves Rochinha ressaltou que a ausência de documentos nos processos é recorrente. Há
81 muitas instâncias acadêmicas e é necessário priorizar o que de fato é relevante, o que
82 exige uma reflexão sobre o tema. Acrescentou que é preciso ter um sistema de
83 tramitação eletrônica, tendo em vista ser a forma mais segura, tanto para a checagem
84 dos documentos quanto para evitar a perda dos mesmos. A Professora Leila sugeriu
85 que no âmbito de cada Câmara deve ser pensado sobre o que já é anacrônico, a fim de
86 propor, a partir dessa avaliação, novos procedimentos. Destacou que seria oportuno
87 pautar o tema mais adiante neste Conselho. **3)** A Presidente convidou a Professora
88 Maria Malta, Pró-Reitora da PR-5, para apresentar um relato sobre a 45ª Plenária de
89 Extensão, que se reuniu durante a semana e aprovou um conjunto de
90 encaminhamentos vinculados aos temas da violência, da segurança, da homofobia, da
91 diferença, sublinhando considerar significativo que a própria Pró-Reitora de Extensão
92 pudesse compartilhar os encaminhamentos decididos na referida plenária com este

93 Conselho. A Professora Maria Malta informou que os temas principais da reunião foram
94 a diversidade e a tolerância relacionadas à UFRJ. Destacou a tradição da Extensão de
95 trabalhar com temas relacionados às opressões, às violências e aos preconceitos de
96 forma mais propositivas, ao lidar com as questões relativas às diferenças e às
97 comunidades que não estão compreendidas no paradigma branco, masculino e rico,
98 que é o hegemônico na sociedade em que vivemos. Informou que foram feitos três
99 encaminhamentos, que deveriam ser assumidos pela UFRJ. O primeiro é dar
100 prosseguimento, com maior ênfase, a uma campanha, *Não se cale*, articulada com a
101 Ouvidoria, que já está em andamento desde o mês passado contra as opressões na
102 UFRJ. A ideia é fazer uma campanha mais positiva, no sentido de mostrar como a UFRJ
103 é diversa e tolerante, formada por mulheres, índios, negros, nordestinos, aqueles que
104 têm transtornos psiquiátricos, gays, lésbicas e transexuais, tendo em vista a capacidade
105 de identificar o oprimido e mostrar a sua força no momento da denúncia. Frisou que é
106 relevante fazer a campanha a partir de nós mesmos, de todos que queiram fazer uma
107 declaração da sua identidade e se identificar como parte da UFRJ, com um vídeo que
108 pode ser feito pelo próprio celular, divulgando que a UFRJ diversa está aqui todo dia.
109 Destacou que essa ideia partiu do Professor Fernando Zicam da Faculdade de Medicina,
110 da Fisioterapia, Coordenador de Extensão. O segundo se refere a um grande programa
111 sobre diversidade, em articulação com a sociedade civil e as escolas básicas. Tendo em
112 vista que o MEC reduziu o financiamento para as referidas ações, a UFRJ deverá
113 garantir a sua existência, a despeito da referida redução, buscando novas fontes de
114 financiamento. A terceira é encaminhar ao CONSUNI a sugestão de que a data de
115 nascimento do estudante Diego Machado seja incluído anualmente no calendário da
116 UFRJ como um dia para a valorização da diversidade e da tolerância, a fim de que
117 sejam realizadas atividades nessa direção. Passou-se à **Ordem do Dia – Ações**
118 *Afirmativas – Professor André Lázaro da UERJ*. Após ser apresentado pela Presidente, o
119 Professor André Lázaro deu início à sua apresentação, destacando a presença das
120 desigualdades na sociedade brasileira, em particular no campo educacional. De acordo
121 com o Professor André, uma sociedade desigual conduz a uma repartição desigual dos
122 poderes. Explicou que não abordaria o tema das Ações Afirmativas em relação às
123 populações indígenas, por entender que se tratar de tema muito complexo e que possui
124 especificidades. Para exemplificar as desigualdades educacionais, realçou que uma das
125 metas do Plano Nacional de Educação (PNE) é elevar a escolaridade média da
126 população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo.
127 Contudo, acrescentou que no ritmo atual, essa meta não será atingida. O Pesquisador
128 apresentou gráficos relacionados aos anos de escolaridade nas diversas regiões do país;
129 comparando o acesso à educação nas áreas rurais e urbanas e face às diferenças de
130 renda, gênero, raça e cor. Destacou a importância do financiamento público, com a
131 ampliação de vagas nas instituições públicas, bolsas ofertadas pelo Prouni, e por meio
132 do programa Fies, para a ampliação do ingresso de alunos em cursos de graduação
133 presenciais nas instituições de ensino superior, sobretudo privadas, entre os anos de
134 2010 e 2013. A seguir apresentou dados sobre o acesso ao ensino superior, com realce
135 para o número de matrículas; faixa etária dos alunos; renda; presença dos estudantes
136 no mercado de trabalho, e acesso à educação superior segundo cor/etnia e faixa de
137 renda. Destacou outra meta do PNE, que é ampliar a taxa bruta de matrícula na
138 Educação Superior para a população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da
139 oferta e expansão no segmento público. Também apresentou dados específicos sobre o
140 perfil atual do aluno de Pós-Graduação. O especialista questionou sobre o papel que
141 caberia à educação na luta contra as desigualdades, sublinhando que não atribui a esta
142 um caráter messiânico, ou seja, de tornar-se um meio para redimir a sociedade

143 brasileira das suas desigualdades. Entretanto, realçou que cabe à educação identificar
144 as desigualdades e não reproduzi-las; reconhecer e valorizar diversidades, e tornar-se
145 fator ativo de justiça cognitiva, social, política, de gênero, cultural, territorial. O
146 expositor apontou os principais argumentos a favor das políticas de Ações Afirmativas:
147 a educação é um bem comum, que deve ser distribuído entre todos; a diversidade é
148 pedagógica; nosso país é multicultural e pluriétnico; a inclusão da diversidade amplia
149 mercados e eleva a capacidade de atingir os diversos grupos; fortalece a participação
150 cidadã e amplia as possibilidades de representação do conjunto da população; a
151 exclusão, baseada em cor, gênero, renda, patrimônio e religião, não tem justificava
152 moral válida em nossa sociedade, e o mérito não pode ser uma medida absoluta, mas
153 relativa às condições de cada grupo, sobretudo em uma sociedade racista e desigual
154 como a nossa. Por fim, enfatizou que em uma sociedade democrática, um investimento
155 social, como a Universidade Pública, não pode ser apropriado por um mesmo segmento
156 social, por tanto tempo, sob qualquer argumento. De acordo com o Professor André
157 Lázaro, os ganhos para a sociedade da implantação de Ações Afirmativas são,
158 principalmente, a contribuição para a redução da desigualdade e para o diálogo social,
159 e são oportunidades para motivar as juventudes, cujos saberes fortalecem as suas
160 comunidades de origem. Afirmou que vivemos em um momento de transição, pois
161 estamos deixando a visão da Educação como uma herança que os pais legavam aos
162 filhos para considerar a Educação como um direito de todos. Finalizando, sublinhou que
163 é necessário não vitimizar nem heroicizar os alunos cotistas; que é fundamental investir
164 no acolhimento dos estudantes, e que é urgente lutar contra o racismo, com uma
165 política que invista na redistribuição e reconhecimento do outro. Após apresentação do
166 Professor André Lazaro, a Presidente do CEPG agradeceu por sua exposição e destacou
167 que o conjunto de informações e as reflexões apresentadas são extremamente
168 relevantes e que certamente contribuirão para o amadurecimento coletivo sobre o
169 tema. A Professora Leila salientou que há experiências de ações afirmativas na Pós-
170 Graduação da UFRJ, ainda que não sejam conhecidas por todos. Ela informou que além
171 do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, o Programa de Pós-Graduação
172 em História Comparada já incluiu as cotas em seu último edital de seleção, e outros
173 programas, como os Programas de Pós-Graduação do IPPUR, da Educação e o Artes da
174 Cena encontram-se discutindo sobre a questão no sentido de implementar ações
175 afirmativas. Ela esclareceu que acompanhou de perto a introdução do sistema de cotas
176 no Programa de História Comparada, pois na ocasião era a Coordenadora do referido
177 Programa. Relatou que após uma discussão interna decidiu-se pelas cotas, mas a
178 implementação gerou debates, porque não foram pensados, a priori, em vários detalhes
179 e surgiram muitas dúvidas. Ressaltou, contudo, que tais detalhes, relacionados aos
180 modelos de inclusão, são secundários, pois podem ser ajustados a partir da experiência.
181 O fundamental é decidir se queremos ou não desenvolver ações afirmativas na Pós-
182 Graduação. Em seguida, a Presidente abriu para o debate. O Professor Aloysio
183 Fagerlande afirmou que a Escola de Música tem características muito peculiares, tendo
184 em vista que o perfil do aluno que ingressa na graduação do Curso de Música, há 10
185 anos, é proveniente de projetos sociais e/ou igrejas evangélicas e que praticamente não
186 existem mais alunos de classe média. Assim, concluiu que seria redundante discutir a
187 questão das cotas no referido curso. Com relação ao perfil dos alunos, a Professora
188 Leila acrescentou mais um aspecto: que uma das dificuldades encontradas no momento
189 de implantação das cotas no Programa de Pós-Graduação em História Comparada foi o
190 preenchimento das vagas, haja vista que havia negros prestando o concurso e que não
191 se declararam como tal. O Professor Henrique Cairus informou que a UFRJ deveria
192 atentar para o acolhimento dos estudantes. A Professora Leila concordou que é

193 fundamental cuidar da acolhida aos estudantes, mas questionou sobre como lidar com
194 a permanência face aos cortes de verbas. O Professor Marcelo Byrro Ribeiro levantou
195 outro problema: não há candidatos cotistas para o Curso de Física. O Professor André
196 Lázaro retomou a palavra, ressaltando a riqueza desse debate, por sua complexidade.
197 Ele destacou que também na UERJ, mesmo antes das cotas, os cursos de Música e
198 Letras já atraíam alunos de origem mais pobre, acrescentando que ações afirmativas
199 não deverão mudar muito os perfis dos alunos de Letras e Música, mas, certamente,
200 transformará o perfil dos discentes de Medicina, Direito, Arquitetura, Design, Psicologia,
201 que são cursos de alta e média procura e de maior dificuldade de acesso da população.
202 Afirmou que é preciso diferenciar a assistência estudantil da política de permanência,
203 por meio da qual uma instituição se dispõe a se transformar, levando em conta os
204 diferentes perfis de seu corpo social. Sublinhou, ainda, que as instituições não levam as
205 informações relacionadas às cotas ao ensino médio, a fim de atrair alunos para os
206 diversos cursos, inclusive aqueles como a Física e Matemática, pouco atrativos para as
207 mulheres e os mais pobres. Por questões regimentais, a Presidente solicitou aos
208 Conselheiros uma prorrogação de 30 minutos, que foi aprovada por unanimidade. A
209 Professora Beatriz Becker propôs que no debate sobre as ações afirmativas é necessário
210 dialogar com os movimentos sociais e que seria importante ouvir as experiências dos
211 Programas de Pós-Graduação da UFRJ que já incluíram as cotas em seus editais de
212 seleção. A Professora Hebe Signorini Gonçalves afirmou que o Curso de Psicologia já
213 não possui um perfil tão elitista, pois já acolhe alunos de baixo poder aquisitivo, com
214 perfil de cotas. Argumentou que a UFRJ deveria fazer um esforço na UFRJ no sentido
215 de fazer um diagnóstico, reunindo dados, a fim de que possamos conhecer melhor a
216 realidade atual e não fundamentar nossas discussões em impressões. A Presidente
217 perguntou ao plenário sobre a possibilidade da Ouvidora da UFRJ, Professora Cristina
218 Ayoub Riche, se pronunciar, o que foi aprovado pelo Conselho. A referida professora
219 questionou o não enfrentamento para mitigar a desigualdade social, tendo em vista que
220 as ações afirmativas ajudam a dar um salto na educação, que é um bem público e
221 também um direito social constitucionalmente garantido. Ela também destacou que na
222 discussão sobre as ações afirmativas não se pode esquecer dos deficientes físicos. Por
223 fim, sublinhou que é fundamental conhecer o que a UFRJ já faz no tocante ao ingresso,
224 acolhimento e permanência dos estudantes, sugerindo que seja criado um grupo de
225 trabalho para avaliar o que já tem sido feito, estudar e discutir a questão e elaborar
226 proposições em prol da inclusão. De acordo com o Professor André, vale à pena debater
227 o conceito de público. O Estado assume a educação porque acredita que é nesse
228 sentido que se constrói a nação. Com relação às diferenças de talentos, destacou se
229 tratar da chave das ações afirmativas. A Professora Leila consultou o Conselho sobre
230 mais uma prorrogação de 30 minutos, o que novamente foi aprovada por unanimidade.
231 A Professora Leila qualificou a fala da Professora Cristina como pertinente, pois é
232 preciso conhecer o que é feito na universidade, para aprimorar as ações que são
233 positivas. Exemplificou apontando o acompanhamento psicológico da SUPEREST aos
234 estudantes do Alojamento Estudantil. Sublinhou, porém, que a demanda é muito
235 grande e não é possível dar conta, tendo em vista as dificuldades financeiras
236 enfrentadas pela universidade, referindo-se mais uma vez à questão orçamentária. Com
237 relação ao grupo de trabalho, a Professora Leila explicou que existe um consenso no
238 CEPG sobre a necessidade de sua formação. Em função da portaria Mec n. 13,
239 publicada em 11 de maio do corrente, que exige que as universidades se pronunciem
240 até agosto, a ideia é a constituição de um grupo maior, com a participação ativa do
241 CEPG, no sentido de suscitar um grande debate. O Conselheiro Gregório Malajovich
242 Munoz perguntou se é possível contornar as dificuldades de anos de formação escolar

243 de determinados segmentos sociais e qual o impacto disso na Educação, que é um bem
244 público. Conselheiro Victor Galdino destacou que é perceptível a menor presença dos
245 negros na UFRJ em relação a dos brancos, bastando observar a própria composição do
246 CEPG. O Professor André manifestou seu orgulho por participar de uma sessão tão
247 longa e rica de conteúdo. Acrescentou que em 2000 haviam 5 brancos para cada negro
248 graduado; em 2010 a taxa diminuiu para 3 brancos para cada negro. No grupo dos pós-
249 graduados as diferenças são mais demarcadas, pois eram 8 brancos para cada negro
250 em 2000, alterando para 4 brancos para cada negro pós-graduado em 2010. Para
251 finalizar, destacou que a cota é uma forma de ação afirmativa, não a única. Ressaltou
252 que o movimento negro é muito crítico pela forma com a qual a cota apareceu na lei
253 12.711, pois reduz o racismo à questão de renda, quando, na verdade, são duas
254 questões diferentes. Assim, o ingresso racial não deveria ter limite de renda, pois
255 defende-se que o racismo é estrutural e não subordinado à questão de renda. Destacou
256 pertinente a fala do Conselheiro Victor Galdino quanto ao pequeno número de docentes
257 negros na universidade, acrescentando que sem o acesso rápido à pós-graduação não
258 teremos mudança nesse sentido. Sublinhou ainda que uma crítica importante do
259 movimento negro é ausência de leitura de autores negros na graduação. A Professora
260 Leila agradeceu a presença da Professora Rosana Heringer, que saudou a todos e
261 parabenizou ao CEPG por incluir o tema em sua pauta, da Professora Cristina Ayoub
262 Riche e, sobretudo, pela oportunidade de compartilhar a mesa, ouvindo e aprendendo
263 com a apresentação do Professor André Lazaro, que foi extremamente esclarecedora.
264 Como não houve relato de processos, a Professora Leila deu por encerrada a sessão às
265 doze horas cinquenta minutos. Para constar, eu, Denilson Santos de Jesus, Secretário
266 do CEPG, lavrei a ata que, após aprovação, será assinada pela Presidente da sessão,
267 Professora Leila Rodrigues da Silva, e por mim.

268

269

270

271 Denilson Santos de Jesus

272 Secretário

Professora Leila Rodrigues da Silva

Presidente do CEPG